



RESENHA

**INFÂNCIA E VERDADE, ILUSÃO E IMPOTÊNCIA:
MODALIDADES DE ARTICULAÇÃO DESSES
TERMOS NA ABORDAGEM DE PRÁTICAS EDUCATIVAS**

Angela Vorcaro

Infância e ilusão psicopedagógica. Escritos de psicanálise e educação

Leandro de Lajonquière

São Paulo, Vozes, 1999

A constatação de que a grande incidência de preceitos psicanalíticos nas práticas pedagógicas ainda não conduziu a uma relação entre psicanálise e educação capaz de alçar o estatuto de articulação entre esses distintos campos, reduzindo-se, na maioria das vezes, à aplicação de um campo sobre o outro, faz com que Leandro de Lajonquière fomenta, no leitor, independentemente das teorias a que se aforre, a análise das modalidades pelas quais psicanálise e educação incidem na experiência desse leitor. Mais do que isso, o autor instiga o leitor a

Distúrbios da Comunicação, São Paulo, 12(2):305-311, jun., 2001

Angela Vorcaro

se posicionar quanto ao que faz vigorar e ao que quer dominar em seu saber-fazer. Mas, além disso, Leandro de Lajonquière demonstra como propriamente o método psicanalítico – ultrapassando a condição dos preceitos – permitiu, em muitos casos, questionar o campo educativo e as condições da educação, produzindo outra realidade, fazendo-a passar a outra coisa, pela distinção pedagogia/educação. Assim, esses escritos fisgam o leitor, que jamais ficará indiferente e nunca mais será o mesmo após a aventura que o autor propõe. É isso que dá excelência ao texto.

Se a análise empreendida pelo autor se volta com suas nuances enriquecedoras para as incidências da psicanálise sobre a educação, ela permite, ao leitor, ao mesmo tempo, privilegiar seu contraponto – a incidência da educação na psicanálise, que reorienta todo o campo analítico das graves psicopatologias infantis, dos autismos, psicoses e inibições até as debilidades e as psicossomáticas.

Os escritos de Leandro de Lajonquière causaram-me um efeito que se pode dizer analítico. Isso porque, ao invés de me fazer trabalhar para saber mais, deteve esse trabalho incansável, permitindo reservar-me à análise do que se depositou de minha prática, sob o efeito desses escritos, lido aqui com outro texto “O avesso da psicanálise”, de Jacques Lacan.

A problematização formulada pelo autor, na consideração da operação educativa dominada linguagem pela prática, conduziu-me a considerar as seguintes questões:

Podemos nos assegurar dos efeitos da linguagem produzidos na educação?

Como e quem, enfim, educamos?

Quais os limites de uma transmissão?

A constatação feita por Freud de que governar, educar e analisar são três profissões impossíveis é relida por Lacan ao distinguir o estatuto de *impossível*, dando-lhe o caráter de função presente em qualquer discurso posto em funcionamento no laço social. Assim, ele destaca as matrizes discursivas que precipitam o ato de *governar*, relativo ao discurso do mestre; *educar*, relativo ao discurso universitário; e *analisar*, relativo ao discurso analítico, acrescentando, ainda, a depuração do *fazer deseja(r)*, que agencia a matriz discursiva presente na histeria.

Trata-se, nessa perspectiva, do empreendimento de distinguir, na estrutura dos discursos que instauram certa estabilidade, constância e repetição, certas re-

lações fundamentais necessariamente presentes. No interior dessas relações, inscrevem-se determinações muito mais amplas do que as enunciações efetivadas pelas palavras que são dadas pela articulação entre ordens de relações, constituindo, portanto, funções que referenciam tais estruturas. Para isso, é preciso ultrapassar o registro do sentido que dá consistência aos termos, que nossa fragilidade de falantes exige para nos reportarmos aos pontos de inserção do aparelho discursivo da linguagem, distinguindo *limites* dos campos postos em jogo. Afinal, na concepção de estrutura aqui em pauta, o que se coloca em jogo é a sua incompletude, seu traço de falha, que não se presentifica na consistência dos termos, mas nos limites das relações entre eles. Assim, seguindo as relações que habitam a realidade, podemos colher estruturas discursivas matriciais, ou seja, os pontos e as modalidades de articulação pelos quais o simbólico toma corpo.

A lógica da constituição do sujeito exige ser retomada, de modo que possamos distinguir o que um sujeito produz, a partir de uma substância orgânica. Partiremos da idéia de instinto: é a noção de algo sobre o que não se é capaz de dizer o que se quer, mas que se pode presumir que tenha como resultado que a vida subsista na mais baixa tensão possível, numa economia que Freud denominou *princípio de prazer*. Esta é a condição do indivíduo biológico, até que se torne um ser de fato.

Tornar-se *ser*, de fato, é estar posicionado como signo para alguém, ou seja, ser articulado pelo afeto por ser dito de outro lugar, representando algo para alguém, portanto, articulado como ser pelo saber do Outro. As marcas introduzidas pelo Outro que afetam o indivíduo biológico fazem dele um ser. Essa operação é matriz de dupla entrada porque singulariza o ser e lhe dá acesso à bateria significante que vem do Outro e que não é dispersa, mas integra a rede de um saber. A marca do simbólico no indivíduo biológico descompleta o saber do Outro na medida em que nenhum significante permite conter o efeito dessa marca que negativiza a carne do indivíduo, fazendo dela um corpo simbólico. É por acidente que a condição de subsistência da vida, na mais baixa tensão possível, é violada em sua regra e em seu princípio, pela intromissão do significante na ordem biológica da subsistência da vida. O indivíduo cede ao desprazer, deixando transbordar os limites do princípio do prazer numa irrupção de gozo, por efeito da marca significante que nele se introduz. Como na origem, o saber se reduz à

Angela Vorcaro

articulação significante; a repetição é uma denotação de um traço que comemora essa ultrapassagem dos limites da tensão da vida, buscando o retorno ao gozo. A repetição, entretanto, produz defeito, fracasso, desperdício de gozo, já que é repetição significante, portanto, sem possibilidade de plena identidade. Essa dimensão de recuperação da perda necessita de mais trabalho do saber, ou seja, de tudo o que pode se articular de significantes. A dialética do gozo se inscreve e se produz, a partir daí, na medida em que há uma busca da repetição, que visa atingir o limite do saber, ou seja, o próprio gozo.

A entrada em jogo de inscrições significantes separa gozo e corpo, doravante mortificado pela linguagem. Assim, um corpo que sustém a relação necessária do ser com a linguagem se estabelece, feito do alinhamento de uma seqüência de significantes, produzida pelo engajamento do sujeito na busca de seu gozo que, pelo afetamento da intrusão simbólica, só pode ser operado por meio do saber. Essa incorporação simbólica faz desse *ser* um sujeito, que representa o traço específico do seu ponto de marca e põe em jogo o saber que é o que pode permitir que a vida se detenha em um certo limite em direção ao gozo.

O estabelecimento da relação de saber na junção com a produção de sujeito implica, portanto, uma perda de gozo, ao mesmo tempo em que só mediante sua articulação ao saber ele pode situar uma perspectiva de gozo. Assim, um ser é incorporado pelo simbólico, fazendo-se sujeito, que busca aceder ao saber a que ele cedeu. Nesse caminho, ele já nasce em perda: em prol do gozo que o saber promete no horizonte, mas presentificado como falta pelo desejo. Assim ele paga, deixando cair seu gozo, inserindo-se no gozo do Outro, reduzido a poder apenas ser representado entre significantes. A partir daí, começa o trabalho com o saber como meio de gozo. Acessar o saber é investigar o sentido obscuro do gozo no funcionamento da linguagem, ou seja, responder à questão sobre os meios de gozo do Outro, ou seja, o saber. Aparelhar-se com a linguagem é, enfim, o único meio de acesso ao gozo que ela mesma interdita.

Temos, portanto:

- que o *sujeito* é o produto da tomada do indivíduo vivo num discurso que o determina como objeto, efeito desse discurso que causa o desejo;

- que o *afeto* produzido pela intrusão do simbólico no organismo é deslocado, mantém-se em esquiva, tornando-se irreconhecível sem ser suprimido;
- que o *desejo* é defeito de realização e, portanto, presentificação de uma falta;
- que o *gozo* não é nomeável, porque sua interdição funda a estrutura;
- que o *saber* se sabe como fazer, ele fala por conta própria, enumera-se, desfia-se sozinho, é perfeitamente articulável, e nenhum sujeito é por ele responsável, ou seja, o saber é o gozo do Outro.
- enfim, a linguagem nos emprega; nós somos empregados pela linguagem, e é por aí que o saber goza; a linguagem é demanda que fracassa. É sua repetição, e não seu êxito, que engendra a dimensão da perda na qual o saber se articula.

Essa perspectiva está aqui situada para mostrar, na estrutura, uma ligação significante radical. Afinal, há um fato de estrutura: um elemento de *impossibilidade* que é efeito de linguagem, ou seja, um obstáculo lógico do simbólico que se enuncia como o impossível, na operação da qual se produz um sujeito. Por isso, aquilo que a ordem do discurso instaura deixa uma hiância da qual só podemos, como falantes, seguir o contorno. Trata-se do *real*, definido como *impossível*. É o que faz com que entre o *agente* de um discurso e o *trabalho* efetuado para realizá-lo haja uma relação *impossível*. O agente é aquele a quem se faz agir. E só pode haver ato num contexto que advém da incidência significante, ou seja, onde a lei já tem lugar. O trabalho é empregado na produção, e dele resulta a obturação da comunicação entre produção e verdade. Entre esses termos, não há relação, o que quer dizer que a produção não tem relação com a verdade.

Entretanto, toda a impossibilidade da relação entre os termos colocados em jogo no discurso acaba por ser articulada imaginariamente como a *impotência* que mantém o suspense quanto à verdade da relação entre os termos, protegendo, assim, a verdade. Mas, afinal, a verdade não pode ser isolada como atributo que possa articular-se ao saber. A verdade é tão interdita quanto o gozo. Em seu lugar aparece algo pavoroso: a impotência, que faz com que do lugar do Outro, tantas vezes encarnado, sustente-se um saber como ordem da verdade, e, sobre seu fundamento, distinguem-se o falso e a mentira. A verdade não suporta ne-

Angela Vorcaro

nhum contrato, usá-la como instrumento é traiçoeiro, pois condena qualquer pessoa a perder-se ali. Enfim, a verdade só produz como efeito uma queda de saber. Verdade e Saber são termos incompatíveis; mas, sob o título de verdade, o saber é capaz de seduzir.

Ao demonstrar o cerceamento do real, no registro da articulação simbólica, Leandro de Lajonquière situa-o, permitindo fazer tocar de perto por que *educar é uma operação impossível*. Ao analisar as operações postas em jogo nas práticas educativas, o autor pergunta onde sua verdade está posta e quais são os seus limites. Retomando o que se coloca em jogo no discurso hegemônico da educação, supõe a linguagem que a estrutura, condicionando a palavra que ali se produz. Assim, considerando os modos de produção desse discurso em sua articulação como impossível, ele nos dá o vislumbre da chance de que o seu real possa explodir. Enfim, a problematização que Leandro de Lajonquière produz parece potente para nos conduzir a fazer surgir um outro estilo de agente educativo, capaz de causar o desejo de interrogar a equivalência construída nas ilusões psicopedagógicas entre o saber e a verdade.

Em que se sustenta a verdade que o discurso hegemônico condiciona? O que faz agir o agente do discurso educacional?

Leandro de Lajonquière situa a psicologização do cotidiano escolar, a intervenção pedagógica calcada em potências naturalmente dadas, a dúvida em corrigir, a queda por adequar, a omissão em relação à lei que inscreve uma diferença em relação ao proibido e o recurso à regra, que obriga o fazer igual ao pedido, fabricando uma criança afetiva-cognitiva ideal pelo ajuste natural, graças à negação de qualquer autoridade que, ao apagar a diferença entre criança e adulto, impede que ela possa desejar.

Nesse *discurso (psico)pedagógico*, o agente tem a pretensão insensata de produzir um ser pensante cuja natureza já o potencializaria, bastando a adequação didática para produzi-lo como senhor do saber. Assim, o discurso educativo referencia-se nisso que ele confessa querer amestrar. Ele quer dominar o sujeito, identificando-o ao saber.

A infância, como produto da escola, é ao mesmo tempo o meio de produção e o produto, mantendo a ilusão cientificista da natureza humana que nada pode deter. As crianças deveriam tornar-se puro saber, regidas pelo mandamento: con-

tinue a saber, sempre mais! Toda pergunta sobre a verdade se esmaga, todo enigma é silenciado, velado por esse imperativo categórico que a natureza realizaria potencialmente. As crianças deveriam tornar-se trabalhadores produtivos, respondendo ao mandato de constituírem-se sujeitos plenamente coincidentes com o que a “ciência” afetiva-cognitiva-ideal prediz da natureza humana, à custa de seu próprio corpo.

Mas a grande crise atual da escola demonstra a impotência que a ilusão psicopedagógica recobria, retirando o véu do lugar de sua verdade: colando palavras à verdade, esperava-se constituir um Eu ideal idêntico a si mesmo, ou seja, o mito do Eu que dominaria, idêntico ao enunciador. Enfim, a referência do discurso hegemônico psicopedagógico é o modo como os agentes educativos tratam o gozo, identificando-o, numa só equivalência, à infância, à verdade e ao saber.

Entretanto, a verdade retorna na criança, na verdade da infância, sob a forma de um semi-dizer tão enigmático que, entretanto, não deixa de configurar-se pela violência na escola, pela indisciplina, pela não-aprendizagem. Se os últimos 30 anos foram ocupados com o estabelecimento de um sistema burocrático que alijava da escola toda criança da qual não se podia prever o efeito desse molde educativo, produzindo tantas especialidades quanto crianças especiais, a verdade agora retorna sob a forma da inclusão, urgência do real, e não mais das ilusões da infância gozosa que já não precisava da escola para aprender. Trata-se, agora, acossados pelo que a criança confina de real, de obter da escola, e na escola, uma outra produção, substituindo seus efeitos.